

Comité de Representantes

ALADI

Asociación Latinoamericana
de Integración
Associação Latino-Americana
de Integração



APROVADA

NA

575

a. Sessão

ALADI/CR/Ata 565
(Extraordinária)
15 de junho de 1995
Hora: 11h15m às 12h20m

Ordem do dia

O Comitê de Representantes recebe a visita do Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores da República do Chile, José Miguel Insulza Salinas.

Preside:

EFRAIN DARIO CENTURION

Assistem: Gustavo Adolfo Moreno e Flaviano Gabriel Forte (Argentina), Antonio Céspedes Toro e José Guillermo Loria González (Bolívia), José Artur Denot Medeiros e Luis Antonio Balduino Carneiro (Brasil), Jaime Pinzón López e Henry Javier Arcos (Colômbia), Augusto Bermúdez Arancibia, Leopoldo Durán Valdés, Ricardo Vargas, Alejandro Marisio, Lilia Rodríguez Pizarro e Juan Guillermo Valenzuela (Chile), Eduardo Cabezas Molina e Humberto Jiménez (Equador), Ignacio Villaseñor e Dora Rodríguez Romero (México), Efraín Darío Centurión e Alfredo Núñez (Paraguai), Efraín Saavedra Barrera (Peru), Adolfo Castells Mendivil, Embaixador do Uruguai no Chile, Juan Carlos Oddone e Eduardo Penela Ríos (Uruguai), Antonio Rangel e Ariel Vargas (Venezuela), Ana Ramos de Pijuán (Costa Rica), Carlos Alberto Prera Flores (Guatemala), Luis Ramón Ortiz (Honduras).

Secretário-Geral: Antonio J.C. Antunes.

Secretário-Geral Adjunto: Juan Francisco Rojas.

Secretário-Geral Adjunto: Isaac Maidana Quisbert.

Comitiva: Embaixador Carlos M. L. Mladinic A. (Diretor Geral de Relações Econômicas Internacionais), Embaixador Emilio Ruiz Tagle, Chefe de Gabinete do Chanceler, Manuel Valencia (Diretor de Assuntos Econômicos Bilaterais)

PRESIDENTE. - Senhores Representantes, bom dia; damos início à 565a. sessão extraordinária do Comitê de Representantes para receber a gratíssima visita do Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores da República do Chile, José Miguel Insulza.

Senhores Representantes, Excelências, senhoras e senhores, Excelentíssimo Senhor Ministro, em nome do Comitê de Representantes tenho o prazer de dar a Vossa Excelência as mais afetuosas boas-vindas e expressar-lhe que sua presença não somente prestigia esta Casa senão que reforça e alenta nosso entusiasmo, dedicação e trabalho.

É muito significativo para o Comitê receber Vossa Excelência nesta etapa tão dinâmica e frutífera do processo integrador na região, onde o desenvolvimento e consolidação dos processos sub-regionais e dos acordos bilaterais, com suas peculiaridades e complexidades, estão demonstrando que estamos avançando e que nada deterá a integração de nossos países.

Neste cenário, o Chile desempenha um papel relevante já que as especiais características de sua participação deram à região um enfoque fresco das relações de nossos países.

Com efeito, as modalidades de negociação e instrumentos utilizados pelo Chile na sua relação com a região mostram este país irmão como um símbolo de modernidade e pragmatismo que todos apreciamos e admiramos.

Pode notar-se facilmente que este perfil tem como base ideológica uma profunda vocação integracionista que se desenvolve em uma nova dimensão de vertentes que não só busca a ampliação dos mercados, através da liberação das tarifas, mas que contém amplo sentido de complementação econômica de linha desenvolvista, gerando assim um efeito multiplicador em diversos setores de nossos países que antes não sentiam os efeitos da integração.

Neste contexto, devemos manifestar, também, que o setor privado chileno igualmente demonstrou sua renovada visão para a integração e hoje sua presença nos países da região não se limita à típica transação comercial, senão que vem realizando importantes investimentos em setores dinâmicos da economia.

Em suma, podemos afirmar que estamos perante uma forma nova de fazer integração. É uma integração "à chilena" com um forte sentido latino-americano.

Senhores Representantes, esta atitude do Chile no cenário da região é fruto de uma nova diplomacia, cujo condutor hoje compartilha de nossa mesa de trabalho.

O Ministro Insulza é uma ilustre personalidade investida de uma acreditada trajetória no processo de integração econômica regional, amplamente conhecida nesta Casa; não é necessário apresentá-lo; cabe sim salientar o fato de que uma das preocupações mais vitais para a Chancelaria chilena é a de ajudar a construir eficazmente a integração regional.

Como bem sabe Vossa Excelência, a ALADI constitui o foro principal do processo vinculador entre seus diferentes esquemas de integração e isso é possível mediante a aplicação e adaptação de fórmulas flexíveis no âmbito do Tratado de Montevideu 1980. Isto facilitará, certamente, as relações entre os países de toda a região, dentro do seu objetivo final de constituir um Mercado Comum Latino-Americano.

Neste sentido, Senhor Ministro, é nosso propósito que sejam tratados na ALADI aqueles temas que, por sua natureza, possam contribuir para a dimensão propriamente regional de nosso processo de integração.

A dimensão regional já não somente é um propósito senão uma tendência natural e, por isso, é relevante considerá-la com especial dedicação.

Nesse sentido, é importante avançar na articulação e convergência de nossos esquemas de integração, mas isto requer de renovadas orientações políticas. Neste sentido, o Conselho de Ministros da ALADI tem francamente um desafio frente à atual conjuntura internacional.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência outro grande tema que ocupa nossa atenção é a perspectiva da integração regional e sua projeção hemisférica.

Com efeito, os temas tratados na Reunião de Cúpula das Américas, bem como os propósitos e objetivos de negociação apresentados, vêm sendo considerados na agenda da ALADI e, em alguns casos, já constituem importantes concretizações.

Perante estes novos desafios a ALADI, através dos acordos e negociações que celebram os países-membros, bem como a ação deste Comitê e os trabalhos empreendidos pela Secretaria-Geral, está em condições de contribuir ativamente no processo de conformação da área de comércio das Américas, em particular fornecendo o apoio técnico-jurídico nas negociações que se realizem, tendentes a sua configuração.

Nessa ordem de idéias, Senhor Ministro, como é de seu conhecimento, a ALADI tem uma dupla capacidade jurídica: primeiro, para estabelecer as diferentes modalidades que vinculam os países-membros e estes com os países da América Central e do Caribe e, por outro, a possibilidade de estabelecer vínculos com países desenvolvidos, de conformidade com os parâmetros já estabelecidos no âmbito da Associação.

Honramo-nos e alegramo-nos com sua presença e estamos convencidos de que contaremos com seu apoio e compreensão nos temas desta nova etapa do processo de integração.

Confiamos, Senhor Ministros, em que sua visita seja a continuidade de um reiterado diálogo entre Vossa Excelência e esta Casa da Integração.

Bem-vindo, Senhor Ministro.

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPUBLICA DO CHILE (José Miguel Insulza). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhores Representantes, Senhor Secretário-Geral, agradeço-lhes sinceramente estas boas-vindas e a oportunidade de conversar com os senhores esta manhã sobre nossas visões, nossa proposta, nossa política nos grandes temas da integração, do comércio internacional e do comércio hemisférico. E, naturalmente, concentrarei minhas observações no que diz respeito à política e às propostas do Chile nesta matéria.

Não obstante, permitam-me fazer, inicialmente, algumas breves referências às recentes mudanças e às perspectivas futuras no âmbito político e econômico internacional, no que se refere ao tema desta exposição.

Creio que no comércio internacional existem, às vezes, algumas percepções que parecem contraditórias, mas apontam, geralmente, para a mesma direção. Por um lado, há uma consciência de que existe a nível global uma abertura importante das economias que vai permitindo que os volumes nos quais se desenvolve o intercâmbio internacional, em matéria tanto de comércio como de investimento, sejam cada vez mais substanciais. Mas, às vezes, essa visão positiva se vê diluída ou inclusive parece contradizer-se com dificuldades conjunturais que surgem em pactos regionais, a escala global, etc., porque o tema do livre comércio nunca está garantido e geralmente os fatores de crise são percebidos com mais profundidade que o real.

Por isso, é importante começar afirmando que, a nosso juízo, nos últimos anos, particularmente em nossa região, os temas do comércio, os investimentos e a integração econômica, em definitivo, abertura regional a uma economia global, tiveram um desenvolvimento extraordinariamente positivo que não pode ser ocultado nem diminuído pelos problemas que naturalmente existem. Problemas que, por outro lado, são geralmente produto da própria expansão

das relações econômicas. Quanto mais comércio, mais problemas; quanto mais nos integramos, mais dificuldades temos para discutir; quanto mais afastados estamos, provavelmente tenhamos menos dificuldades ou menos problemas que debater entre nós.

No centro desta visão há três tipos de fenômenos que é importante destacar. Em primeiro lugar, creio que é necessário valorizar o que foi a conclusão da Rodada Uruguai e o Acordo de Marrakesh, tanto do ponto de vista da liberalização geral do comércio como dos compromissos que dessa Rodada incidem nos países em desenvolvimento e, particularmente, na América Latina.

É importante manifestar que a Rodada não somente abriu novos espaços, novas possibilidades de intercâmbio nas áreas já tradicionalmente cobertas pelo multilateralismo, senão que também necessitamos destacar que nesta ocasião foram acrescentados ao comércio de bens -com resultados que talvez não foram exatamente os que tivéssemos desejado, mas finalmente resultados- temas novos, como os agrícolas, os têxteis e o grande tema do comércio de serviços, até agora excluído praticamente de toda discussão internacional.

É também importante manifestar que a Rodada significou uma mudança institucional na gestão do comércio multilateral a nível mundial -que provavelmente foi o mais decisivo- com a criação da Organização Mundial de Comércio. Nesta matéria esperamos, sinceramente, colaborar com os demais países da América Latina, particularmente com os países-membros da ALADI, para coordenar posições em defesa de nossos interesses e na implementação, a nível regional e nacional, dos acordos da Rodada Uruguai, mas, também, no impulso e no debate dos novos temas que foram trazidos à mesa com a criação da Organização Mundial de Comércio e que não podemos deixar de tratar positivamente.

No entanto, não foi somente a Rodada Uruguai -muito querida, provavelmente para meu país, que sempre defendeu a idéia de que o multilateralismo é um elemento central no desenvolvimento da economia internacional e que não é substituível por outros pactos e acordos- senão que também é importante indicar outra tendência positiva deste últimos tempos, uma mudança substancial neste anos, do ponto de vista de nossos próprios países, hoje em dia muito mais abertos ao comércio e ao investimento recíproco do que estavam há dez anos e não como resultado da Rodada, talvez no clima da Rodada. Mas, corresponde somente lembrar, para não dar demasiadas cifras, que nos anos que durou a Rodada Uruguai as tarifas em nossa região diminuíram em cinquenta por cento, como média regional, iniciativas assumidas unilateralmente pelos países. Ou seja, além disso estão os resultados da Rodada, o que comprometemos na Rodada. Mas, antes de comprometer nada na Rodada, nossos países tinham feito um enorme esforço de abertura econômica, comercial e de investimento que é importante valorar e que creio está muito na base das possibilidades de superar estruturalmente a crise que vivemos nos anos 80.

Então, abertura unilateral, políticas assumidas por nossos governos de maneira cuidadosa, adequada, mas também audaz, é um segundo elemento muito central, cujo impacto é difícil medir.

Subscrevemos -vou referir-me a isso imediatamente- acordos de livre comércio com uma quantidade de países, mas é difícil medir o impacto que os acordos propriamente tais têm vis à vis com os processos de abertura que ao mesmo tempo se produziram nesses países.

Ou seja, como saber, por exemplo, se a multiplicação por aproximadamente três vezes de nosso comércio com o México em que parte se deve ao acordo de livre comércio e em que parte se deve ao aprofundamento da abertura econômica que se produziu simultaneamente entre os dois países signatários desse acordo. Aqui há um processo dinâmico que é importante considerar. Porque o terceiro elemento, naturalmente, juntamente com o multilateralismo e a importância da Rodada Uruguai e juntamente com as aberturas unilaterais é a tendência à criação ou ao fortalecimento dos acordos bilaterais e sub-regionais de nossa região. Estes encheram o continente que muitas vezes predicava a integração, mas a praticava pouco, de acordos substantivos que fazem com que as relações econômicas entre os países do hemisfério sejam provavelmente as mais significativas de toda sua história.

Depois de trinta anos falando -peço desculpas pela expressão, de nenhuma maneira é pejorativa- da grande zona de livre comércio do Rio Grande até a Terra do Fogo, descobrimos que não podíamos constitui-la de um dia para o outro, através de um só tratado, senão que era necessário começar a desenvolver acordos sub-regionais que nos aproximassem nessa direção.

E, embora esse processo tenha sido, como conversávamos recém, bastante desordenado, às vezes caótico -pelo menos do ponto de vista de meu país que tem acordos em todas as direções- finalmente redundam em um fortalecimento muito substantivo e em resultados que são os que vale a pena salientar. Porque, por exemplo, quando falamos do Chile temos acordos de livre comércio, acordos de complementação econômica, acordo de proteção de investimentos, etc. E muitas vezes, não se sabe para onde vai a região. O concreto é que atualmente meu país é o principal importador em termos relativos a seu produto geográfico bruto, o principal importador da América Latina e tem investimentos em diferentes países latino-americanos, por uma quantia de cerca de quatro bilhões de dólares.

E isso é o que, a nosso juízo, interessa avaliar de toda esta proliferação de documentos, acordos, etc. O importante é avaliar os resultados e os resultados têm sido bastante notáveis.

Mas, repito, a terceira tendência é para a subscrição e concertação de acordos sub-regionais que envolve tanto os acordos novos, os acordos desta década, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte e o MERCOSUL com o fortalecimento e a reestrutu-

ração de acordos mais antigos e com a subscrição adicional de acordos bilaterais de livre comércio.

É nesse âmbito que o Chile propõe assumir uma realidade internacional e seguir uma linha que alguns países do mundo adotaram, o que temos denominado uma política de regionalismo aberto que, por outro lado, a CEPAL definiu em um documento, há aproximadamente um ano, levando precisamente em consideração estes três elementos aos quais me referia: o âmbito multilateral, a abertura unilateral e o desenvolvimento de acordos de livre comércio regionais ou sub-regionais. Dito de passagem, não é somente um fenômeno latino-americano, senão um fenômeno de escala mundial, visível no fato de que as cláusulas de habilitação do GATT foram utilizadas nos últimos três anos em um número muito maior do que tinha ocorrido em todos os anos anteriores somados.

Portanto, a tendência a combinar o regionalismo é também muito fundamental.

Queria dizer isso, simplesmente, como alguns comentários sobre o primeiro tema que queria tratar, que eram as tendências do comércio, a integração a nível de escala global e especialmente latino-americana.

Apresentamo-nos perante essa realidade com uma situação que em alguns aspectos é muito favorável para o desenvolvimento do multilateralismo e para a inserção de acordos regionais comerciais. Temos uma situação de comércio exterior que se caracterizou por uma inserção equilibrada dentro dos principais mercados do mundo, incluindo nela o mercado regional. O Chile tem, atualmente, um comércio relativamente equivalente entre o Continente americano, sendo cerca de 18 por cento para a América do Norte e algo mais de 20 por cento com a região, principalmente com a ALADI, perto de um terço adicional com a Ásia do Pacífico e pouco menos de um terço com a Europa, especialmente com a União Européia.

Tivemos nos últimos anos um crescimento muito substantivo em nosso comércio exterior e esperamos que este ano, se as tendências dos primeiros meses são confirmadas, as exportações chilenas atingirão 14 bilhões de dólares, com diminuições relativamente sérias no caso da União Européia e com uma expansão muito notável, especialmente no caso da América Latina. Queria dizer que isto é muito decisivo. Naturalmente é a política que atualmente assume o país. Ou seja, a América Latina é, em termos de importação e exportação, muito transcendente. Ainda temos algum déficit em nosso comércio com a América Latina, mas é o mercado mais dinâmico para a economia chilena.

No entanto, nem toda a relação econômica é somente comércio e isto é uma Associação Latino-Americana de Integração e, portanto, é importante manifestar que à expansão do comércio unimos, entre outras, uma expansão bastante significativa de nosso investimento na América Latina e o início do processo muito claro

de associação entre capitais chilenos e capitais de outros países latino-americanos para a constituição de empresas em um e outros países.

E, por conseguinte, quando me perguntam sobre como enquadrámos em nossa política as muitas ações que tentamos desenvolver no plano internacional, creio que há uma diferença muito substantiva para analisar. Entendemos nossa associação com a América Latina no âmbito de uma aliança estratégica para desenvolver, a partir da região, em conjunto com a região, uma política de regionalismo aberto. E entendemos nossas negociações com outras áreas do mundo, basicamente, como a busca de acordos comerciais estáveis, por importante que elas sejam.

Pensar que um país desta região -porque estou na posição geográfica que nos encontramos e que o Chile se encontra- possa ir além da busca destes acordos comerciais-econômicos estáveis, prescindindo de sua região, seria um profundo erro. Profundo erro que, no entanto, alguns, sobretudo na década passada e em outro período político da história de meu país, podem ter caído, mas que o governo atual tem perfeitamente claro. Tal como manifestava ontem, inclusive de maneira gráfica, em uma conversação com alguns senadores do Uruguai, nossa política sobre a América Latina e especialmente com o MERCOSUL, concretamente, não está nem sequer no mesmo capítulo de nosso programa de governo com outros acordos comerciais. Está colocada, previamente, como uma primeira prioridade da decisão de envolver-nos muito substantivamente nos processos de integração que atualmente vive a região latino-americana. E a partir disso buscar outros acordos e outras relações com diversas regiões do mundo.

Concebemos, como manifestamos muitas vezes, nossa aproximação ao acordo de livre comércio da América do Norte como uma primeira ampliação, como parte de um processo que todos devemos desenvolver juntos na direção de um livre mercado hemisférico. Cremos, naturalmente, que corresponde e é legítimo que qualquer país aproveite as oportunidades que se lhe apresentam em matéria de para celebrar acordos com um mercado tão importante. Mas, como manifestaram outros integrantes desse acordo -particularmente o México e também o Canadá- não se trata de buscar somente um mercado livre entre alguns países, senão de colocar-se perante uma efetiva abertura do comércio e do investimento, no conjunto do hemisfério.

Não desejo cair em principismos e dizer que aqui estão envolvidos grandes princípios políticos e culturais. Creio que também existem, isso é muito importante, mas do ponto de vista muito prático, quando vamos para a Ásia do Pacífico com nossos empresários. Eles não vão oferecer lá o grande mercado chileno que tem quatorze milhões de habitantes e também um crescimento de população relativamente pequeno. O que vão oferecer é a possibilidade de que o Chile se abra como uma porta para a América Latina e, particularmente, para os países do Cone Sul e que, por conseguinte, o que prometem, o que comprometem é uma

maior vinculação com o conjunto da América Latina e não somente com o Chile.

E no caso da União Européia creio ter deixado bastante claro, nestes dias, em conversações com alguns Chanceleres do MERCOSUL que não é nossa pretensão adiantar-nos nem buscar posições de privilégio com relação aos países do MERCOSUL e da América Latina que estão negociando há mais tempo, inclusive, que nós. Queremos negociar com a União Européia em conjunto ou paralelamente com o MERCOSUL e em nenhum caso passar por cima dos interesses do conjunto da região em uma negociação com a União Européia. Já manifestamos isto, também, à União Européia de maneira bastante clara.

Portanto, nenhum dos acordos comerciais que o Chile busca atualmente pode deixar de ser visto à luz do que é nossa política de integração e nossa política para o hemisfério, porque do ponto de vista prático esse é o interesse do país.

Falando já propriamente da região e em especial da América do Sul creio que é importante manifestar que a partir de 1986 as relações econômicas com os países da ALADI foram desenvolvendo-se permanentemente. Tivemos um processo de crescimento que chega a quase uma década. Dos produtos que importa o Chile, 25 por cento provêm dos países da ALADI. No comércio exterior devemos assumir o superávit e o déficit. O Chile é ainda deficitário em seu comércio com os países da ALADI. No entanto, este mercado atingiu algo mais de 20 por cento das exportações chilenas.

Acreditamos que é importante salientar, repito, que isto se produziu não somente pelos acordos econômicos que celebramos, mas também pelos processos graduais de abertura nos diferentes países, que facilitaram muito substancialmente o comércio.

A partir dessa realidade temos, atualmente, acordos de complementação econômica, de livre comércio, subscreitos com o México, Venezuela, Colômbia e Equador, orientados à criação de zonas de livre comércio em prazos relativamente curtos, com muito ampla cobertura. No caso da Colômbia que é o menor, está comprometido 91.4 por cento do universo tarifário e com os outros três países a cobertura se situa acima de 97 por cento. Com o México, além do NAFTA, em janeiro de 96, atingiremos a tarifa zero. Com a Colômbia e com a Venezuela, em janeiro de 97, e com o Equador em 1998, teremos essa tarifa zero.

É importante também manifestar o beneplácito com que vamos desenvolvendo nossas negociações com o Peru. Esperamos que o caminho pelo qual se dirigem permita celebrar um acordo neste ano. As negociações com a Bolívia, país com o qual temos um acordo de complementação econômica, estão orientadas a aprofundar e desenvolver esse Acordo.

Não obstante, quando falamos de livre comércio em nossa região, considero importante acrescentar que esses acordos

comerciais devem estar fusionados com um conjunto de medidas que desenvolvam muito substantivamente o investimento. E quando se trata de países vizinhos ou próximos também procuram desenvolver a integração física, a integração energética, os temas de serviços, etc.. Entendemos que o comércio é somente um elemento neste quadro e, portanto, quando falamos de negociações não podemos deixar de incluir outros temas relevantes. Quando falamos de nossos avanços com a Bolívia, por exemplo, não podemos deixar de incluir a conclusão eventual, este ano, da rodovia de Arica para La Paz ou quando falamos de nossas relações com a Argentina e com os países do MERCOSUL, em particular, com avanços realizados nos acordos para a criação dos chamados corredores bioceânicos, porque essa é a parte fundamental do comércio e sobretudo da integração que é uma integração que não somente atinge os acordos comerciais senão outros aspectos muito substantivos de nossa política comum.

Agora, nesse âmbito aspiramos concluir com o MERCOSUL o processo de negociação para a subscrição de um acordo antes do final do ano. Pensamos que são países com os quais nossos laços são tradicionais e altamente diversificados. A Argentina e o Brasil são, de longe, nossos principais parceiros comerciais da região latino-americana e, ao mesmo tempo, a Argentina é o país com o qual temos não somente uma fronteira comum que é -se não me equívoco- em extensão contínua, a segunda do mundo, depois da fronteira entre os Estados Unidos e o Canadá, senão que temos, além disso, um processo de integração econômica crescente em diferentes regiões que faz com que hoje em dia nossas populações estejam envolvidas em conjunto nesse processo de integração.

Temos desenvolvido intensos vínculos de caráter político, econômico, com o Uruguai e o Paraguai durante muitos anos e, portanto, o natural é a criação, segundo nosso parecer, de um acordo entre o Chile e o MERCOSUL. Creio que, além disso, esse acordo vêm adiando-se há muito anos, há muitas décadas.

Isto não é, naturalmente, um acordo comercial. Temos do conjunto do MERCOSUL uma visão estratégica sobre a integração latino-americana e, portanto, queremos um acordo integral que abranja comércio recíproco livre de barreiras tarifárias e não tarifárias. Queremos consolidar a interdependência de nossas economias através da cooperação no campo energético, nos serviços, nos investimentos, na interconexão elétrica, na infra-estrutura física, etc., de maneira a criar, mais do que uma zona de livre comércio, um verdadeiro espaço econômico do cone sul.

Fica pendente, e não quero deixar de reconhecer, o tema da tarifa externa comum. Creio que se deve basicamente ao fato de que ainda temos estruturas tarifárias bastante diferentes: a recente do MERCOSUL e a estrutura tarifária que existe no Chile faz tempo. A propósito dela, não devemos sacralizá-la, porque também há alguns chilenos que consideram que a experiência do Chile é aplicável em todas as partes do mundo e que é a única bem-feita. Nós não a sacralizamos, nem muito menos, simplesmente

dizemos que temos uma estrutura tarifária que tem funcionado bem nos últimos dez anos e que, portanto, é difícil reunir em um país os consensos necessários para variar um sistema que funcionou adequadamente do ponto de vista do comércio exterior e que, repito, infelizmente, é muito diferente, não estou falando de tamanho nem de volumes, estou falando fundamentalmente da estrutura tarifária e da vinculação que existe entre a política econômica do país e sua estrutura tarifária externa. Portanto, o acordo que propomos é um acordo -nisso, creio que já temos algum consenso- que exclui a incorporação à união aduaneira, o qual, naturalmente, condiciona outros aspectos da negociação, questão que todos estamos com a vontade política, espero, de assumir.

Creio Senhor Presidente, para não estender-me mais, que minha presença nesta casa tem a ver com as metas fundamentais que o Governo do Chile fixou para esta etapa, na qual o acordo que vamos concluir, no econômico, é por demais um acordo de complementação econômica no âmbito da ALADI, e todos nossos acordos o são. Mas, também a ALADI reflete, provavelmente melhor quase do que nenhum outro organismo da região, o que é a visão, a perspectiva do Chile a respeito do processo de integração latino-americana.

Portanto, devo terminar dizendo que, algo que já temos conversado antes de vir aqui, vemos a ALADI como um organismo muito crucial, muito decisivo nos próximos passos que daremos em nível da integração sub-regional e da integração hemisférica. Da integração sub-regional porque, à margem de meus elogios da desordem de um momento atrás, não cabe dúvidas de que chegou o momento em que é necessário combinar o dinamismo que tem a procura de acordos entre diferentes países da região com uma maior tendência para a multilateralização desses acordos.

Creio que é mister empreender um processo no qual procuremos, a partir de todos acordos existentes -estou falando do âmbito da ALADI- alguma uniformização deles, de maneira a ir multilateralizando, repito, os acordos bilaterais. Essa é uma tarefa que sei que está sendo assumida e que é necessário desenvolver com muita força e contará sempre com nossa participação. Requeremos para o econômico um Foro Intergovernamental Latino-Americano de concertação e projeção de políticas econômicas e harmonização de nossas políticas que, creio, devem estar nesta Associação.

Ao mesmo tempo, considero que também a ALADI nos últimos anos teve ou assumiu um papel que é importante fortalecer e assumir com mais força ainda. Sobretudo, quando não está demais lembrar que existe este mecanismo de caráter econômico e o Grupo do Rio no político, com uma assimetria bastante notável. Tem a ver, precisamente, com transformar a Instituição também em um veículo de diálogo em comum com outras regiões sobre temas econômicos e comerciais.

O Senhor Presidente dizia que sou conhecido nesta casa. Efectivamente, estive aqui em várias oportunidades mas, as duas últimas que lembro foram: uma reunião que realizamos os países da América Latina, organizada fundamentalmente pela ALADI, mas também entendo pelo SELA e alguns outros organismos para discutir com o Director-Geral do GATT nossas posições comuns sobre a Rodada Uruguai, em um momento muito crucial, que nos serviu não somente para conversar e para manifestar-lhe nossa posição, mas também digámo-lo francamente, para unificar uma proposta regional na fase final da negociação. Pouco depois esta Casa foi sede da reunião do Grupo de Cairns sobre assuntos agrícolas, à qual também assisti. Creio que esta segunda dimensão é necessário enfatizá-la e desenvolvê-la mais ainda. Este foro não deve ser somente um foro intergovernamental latino-americano senão um mecanismo também aberto ao mundo com o qual possamos tratar em conjunto os problemas do comércio e o investimento em nossa região ou de nossa região para fora, com outras grandes organizações e outros grandes setores da economia mundial.

Isto está incluído na proposta recentemente feita pelo Uruguai de procurar um ordenamento, uma redefinição de papéis dos diferentes, dos muito diferentes organismos que temos em nossa região, nos quais vemos que a ALADI pode ter um papel muito substantivo. Nossa proposta é uma proposta construtiva que procura alcançar a excelência dos organismos regionais que consideramos que são os que devem ter a maior importância e o maior futuro no processo de integração.

Portanto, Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral podem contar nesta nova etapa com a plena colaboração do Governo do Chile para o fortalecimento da ALADI e para o desenvolvimento de suas funções. Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Ministro, em nome dos Senhores Representantes e no meu próprio por suas amáveis expressões. Estou certo de que as mesmas servirão como um excelente quadro de referência para os trabalhos que desenvolva este Comitê.

Ofereço a palavra ao Senhor Secretário-Geral.

SECRETARIO-GERAL. Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores da República do Chile, Doutor José Miguel Insulza Salinas, Excelentísimos Senhores Membros da Comitativa Oficial, Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê de Representantes, Excelentísimos Senhores Representantes dos Países-Membros, Excelentísimos Senhores Representantes dos Países e Organismos Observadores, Senhores Secretários-Gerais Adjuntos, senhoras e senhores, tinha preparado uma intervenção que praticamente não vale a pena ser lida porque seria um pouco repetir tanto a exposição do Senhor Presidente quanto a do Excelentíssimo Senhor Ministro José Insulza. Somente queria, Senhor Ministro, manifes-

tar a satisfação, a alegria e a grande consideração que sente esta Secretaria com esta visita.

Temos um especial carinho para com o Chile, porque o Chile teve uma participação protagônica muito importante em todos os foros e todos os acontecimentos latino-americanistas.

Esteve na geração fundacional de muitas instituições e agora mantém uma política que consideramos de grande utilidade e de grande importância, inclusive contribuindo com o estabelecimento de novos conceitos, novos elementos constitutivos, que são indispensáveis para interpretar a complexa situação atual e para conduzir as evoluções futuras da integração.

Acreditamos, Senhor Ministro, que este papel do Chile, obviamente sem nenhum desmedro para os demais países, constitui uma particularidade do Chile caracterizada por esta participação articuladora, que há muito tempo é vocação de seu país.

Permita-me, também, Senhor Chanceler, registrar algum aspecto de particularidade pessoal, de testemunha de outro papel importante desempenhado pelo Chile, bem como, também, por outros países, que é a criação de uma cultura latino-americanista, por ter acolhido em seu território, vários latino-americanos em períodos difíceis, incluindo vários brasileiros.

Tive a oportunidade de viver no Chile e conviver com vários latino-americanos, inclusive com brasileiros que hoje em dia têm cargos importantes no Brasil, e todos eles devem ao Chile e aos chilenos o privilégio de ter, utilizando o observatório histórico, político e social magnífico que era, é e será o Chile no contexto latino-americano, esses cidadãos latino-americanos devem ao Chile o privilégio de ter desenvolvido a consciência, o amor a América Latina de uma forma muito concreta, através, inclusive, de uma "chilenidad" que por suas próprias características é latino-americanista. Não citarei nomes; provavelmente Vossa Excelência conhecerá muitos deles, mas isso foi um fato muito importante, fato que também foi vivido por outros países como o México, que tiveram como efeito criar uma mentalidade latino-americana de um grupo de pessoas que hoje em dia são importantes impulsores da integração.

Senhor Chanceler, esta Secretaria saúda Vossa Excelência com muita consideração e, como deve ter-lhe manifestado o Senhor Embaixador Augusto Bermúdez, que é um digníssimo Representante do país aqui, neste Comitê, esta Secretaria está à inteira disposição para atender as necessidades do Chile, em atenção às competências que se estabelecem no Tratado de Montevideu 1980. Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Senhor Ministro, novamente, em nome de meus prezados colegas, os Senhores Representantes, e no meu próprio, reiteramos a Vossa Excelência nossos sinceros agradecimentos e reconhecimento por vossa gratíssima presença, bem como a de sua distinta Representação.

Senhores Representantes, muito obrigado.

Encerra-se a sessão.

- Assim se procede.
